

RECURSO ESPECIAL Nº 1.744.682 - DF (2018/0130034-9)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **ÁLVARO LIBERAL DE ASSIS - ESPÓLIO**
REPR. POR : **ALVARO LIBERAL DE ASSIS FILHO - INVENTARIANTE**
RECORRENTE : **CINTHIA MARIA CORREA SIQUEIRA**
RECORRENTE : **FRANCISCO BARBOSA SAMPAIO**
RECORRENTE : **FRANCISCO DE PAULA MARTINS DE ARAUJO**
RECORRENTE : **HAMILTON DE JESUS SOZINHO VALENTE**
RECORRENTE : **HARRISON CSABA ZOLD**
RECORRENTE : **LEONIDAS MORADA DA SILVA**
RECORRENTE : **LUIZ AFONSO LEITE DE MORAIS**
RECORRENTE : **ARMANDO CASTRO DE SA**
RECORRENTE : **VERA LUCIA PEREIRA DE ALMEIDA**
ADVOGADOS : **JUCIARA HELENA CRISTINA DE SOUZA BARROS - DF029778**
 ANTONIO CAMARGO JUNIOR E OUTRO(S) - DF027652

RECORRIDO : **BANCO DO BRASIL SA**
AGRAVANTE : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **DANIELA DA CUNHA LEONARDE RIBEIRO - DF031500**
 MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - DF035879
 TATIANE FERREIRA MARTINS E OUTRO(S) - DF041435

AGRAVADO : **ÁLVARO LIBERAL DE ASSIS - ESPÓLIO**
REPR. POR : **ALVARO LIBERAL DE ASSIS FILHO - INVENTARIANTE**
AGRAVADO : **FRANCISCO BARBOSA SAMPAIO**
AGRAVADO : **FRANCISCO DE PAULA MARTINS DE ARAUJO**
AGRAVADO : **HAMILTON DE JESUS SOZINHO VALENTE**
AGRAVADO : **HARRISON CSABA ZOLD**
AGRAVADO : **LEONIDAS MORADA DA SILVA**
AGRAVADO : **LUIZ AFONSO LEITE DE MORAIS**
AGRAVADO : **ARMANDO CASTRO DE SA**
AGRAVADO : **CINTHIA MARIA CORREA SIQUEIRA**
AGRAVADO : **VERA LUCIA PEREIRA DE ALMEIDA**
ADVOGADOS : **JUCIARA HELENA CRISTINA DE SOUZA BARROS - DF029778**
 ANTONIO CAMARGO JUNIOR E OUTRO(S) - DF027652

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo do BANCO DO BRASIL S/A contra decisão que não admitiu recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO AUTÔNOMA DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. EXPURGOS INFLACIONÁRIO. POUPANÇA. BANCO DO BRASIL. CORREÇÃO MONETÁRIA. INPC A PARTIR DO PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

1.A atualização monetária deve ocorrer de acordo com os cálculos apresentados pela contadoria judicial, somente até o ajuizamento da ação autônoma de cumprimento de sentença pelos credores. A partir desse momento, nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei nº 6.899/1981, a atualização passa a seguir o índice oficial de atualização dos débitos judiciais adotado por este Tribunal de Justiça (INPC).

2. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial (art. 105, III, “c”, da CF), a parte recorrente alega dissídio jurisprudencial.

Decido.

2. Para a admissibilidade do recurso, na hipótese de alínea “c” do permissivo constitucional, é imprescindível a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, mediante o cotejo dos fundamentos da decisão recorrida com o acórdão paradigma, a fim de demonstrar a divergência jurisprudencial existente.

Nesse sentido, confira:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA CUMULADA COM NULIDADE DE CAMBIAIS, PROTESTO INDEVIDO E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AFRONTA AO ART. 927, III, do CPC/2015. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA OU TESE.

SÚMULAS 282 E 356 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

CASO DOS AUTOS QUE ENVOLVE ENDOSSO-MANDATO E NÃO ENDOSSO-TRANSLATIVO. ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A matéria ou a tese relacionada ao artigo apontado não foi enfrentada pelo acórdão recorrido, o que obsta o conhecimento do recurso especial. Nesse ponto, incidem as Súmulas 282 e 356 do STF.

2. A demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. 3. Tendo o Tribunal de origem concluído pela ilegitimidade passiva da instituição financeira, sob o fundamento de que o caso dos autos se trata de endosso-mandato e não endosso-translativo, a revisão de tal entendimento não está ao alcance desta Corte, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta instância especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1647918/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 28/08/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
EMBARGOS À EXECUÇÃO.

1. APLICABILIDADE DO ESTATUTO DA TERRA AFASTADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, COM BASE NAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. REEXAME. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 2. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA NOS MOLDES LEGAIS. 3. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. As instâncias ordinárias consignaram a existência de expressa disposição contratual de incidência da Lei de Locações, bem como assinalaram não se tratar de exploração rural da propriedade. Rever tais conclusões esbarra no óbice dos enunciados n. 5 e 7 da Súmula desta Corte. 2. **O dissenso pretoriano não ficou demonstrado por meio do cotejo analítico - com transcrição de trechos dos acórdãos recorrido e paradigma que exponham a similitude fática e a diferente interpretação da lei federal entre os casos confrontados -, conforme exigem os arts. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.**

3. Em face da ausência de qualquer subsídio capaz de alterar os fundamentos da decisão agravada, subsiste incólume o entendimento nela firmado, não merecendo prosperar o presente recurso.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1024480/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIO. EXISTÊNCIA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. TEMPESTIVIDADE. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE NO TRIBUNAL DE ORIGEM. COMPROVAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA NÃO DEMONSTRADA.

1. A existência de vício no acórdão embargado conduz ao acolhimento da pretensão.

2. A comprovação da tempestividade do recurso, em decorrência de feriado local ou suspensão de expediente forense no Tribunal de origem, pode ocorrer por meio de agravo interno. Precedente.

3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

5. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos.

Agravo interno provido. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

(EDcl no AgInt no AREsp 992.914/SC, Rel. Ministra NANCY

Superior Tribunal de Justiça

ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 02/08/2017)

No caso, a parte recorrente não realizou o necessário cotejo analítico, tampouco apresentou, de forma adequada, o dissídio jurisprudencial. Assim sendo, deixou de demonstrar as circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, o que impede o conhecimento do recurso especial.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial do Banco do Brasil S/A.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator